

Nota de Imprensa

CDS-PP defende fortalecimento e redundância no Serviço Regional de Saúde

Na sequência do debate na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre o incêndio ocorrido no Hospital Divino Espírito Santo (HDES) há quase um ano, a Deputada do CDS-PP, Catarina Cabeceiras, destacou a necessidade de fortalecer e criar redundância no Serviço Regional de Saúde, assegurando um sistema robusto e preparado para responder aos desafios do futuro.

Catarina Cabeceiras começou por enaltecer a prontidão e “boa-fé” com que o Governo Regional atuou desde o momento do incêndio, considerando que “as decisões tomadas foram sempre pautadas pelo interesse público e pela proteção da saúde dos açorianos”.

Contudo, a Deputada frisou que o debate deve centrar-se no futuro e não apenas no passado. “O CDS defende uma perspetiva abrangente para a saúde nos Açores, que passe pela capacitação transversal do SRS e pela criação de uma verdadeira redundância no serviço público de saúde”, afirmou.

A redundância, segundo a Deputada, não pode ser assegurada exclusivamente através do setor privado ou concentrada numa só ilha. “A centralização de serviços de saúde numa única ilha é inaceitável”, reforçou, apontando que os hospitais da Terceira e da Horta, bem como os centros de saúde de todas as ilhas “devem ser parte fundamental desta estratégia”.

Catarina Cabeceiras destacou ainda o papel determinante do CDS em várias propostas que beneficiaram o SRS. “Foi o CDS que propôs e garantiu a implementação do serviço de radioterapia na ilha Terceira, que hoje é um sucesso, apesar das críticas iniciais sobre a falta de casuística”, sublinhou. A deputada também recordou a defesa do partido pela instalação de uma unidade de hemodiálise na ilha do Pico e de uma unidade de hemodinâmica no Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira, assim como a valorização da medicina interna em centros de saúde de ilhas como São Jorge.

Estes exemplos, segundo Catarina Cabeceiras, evidenciam a importância de assegurar redundância num arquipélago como os Açores, onde os riscos climáticos e naturais podem comprometer o funcionamento das estruturas de saúde. “Devemos evitar decisões baseadas exclusivamente na casuística. Se assim fosse, os Açores não teriam, por exemplo, neurocirurgias ou ressonâncias magnéticas em mais do que uma ilha”, destacou.

O CDS, concluiu Catarina Cabeceiras “está comprometido com a construção de um SRS que valorize todos os açorianos e assegure igualdade de acesso a cuidados de saúde de qualidade, independentemente da sua ilha de residência”.

Horta, 12 de fevereiro de 2025.